relação com uma "nova gestão social": conhecer-se significa "distinguir-se, sair do caos", no sentido de tornar-se um elemento de uma nova ordem social. Isso se refere ao compromisso de uma educação que se enraíze na vida operária, de uma escola que se identifica com o sistema geral dos Conselhos. Assim, a escola única é proposta para realizar o princípio educativo do trabalho, segundo o qual se faria a medição entre o presente e o passado para construir o futuro. A escola única, à luz da metáfora leonardiana, torna-se o coroamento de uma perspectiva humanista de formação integral do homem, desde que se entenda este como ser que "pode controlar seu destino", que pode "fazer-se" ou pode "criar a sua vida", definição que – longe de ser uma resposta a uma pergunta genérica – refere-se a uma questão prática.

"A educação nas cartas do Cárcere" é o título do capítulo V. Depois de um estudo das características da escrita presente nas cartas, a autora detém-se na abordagem de teorias pedagógicas, com base nas quais define o sentido da "espontaneidade" e da "disciplina" para Gramsci. Mostra-se que a disciplina democrática, contraditoriamente, permite que, no processo pedagógico, se conquiste a "consciência da própria personalidade" e a afirmação livre do educando no mundo (p. 135). A abordagem do que o filósofo escreveu sobre a educação dos sobrinhos e dos filhos permitiu discutir a "educação do educador". O estudo das cartas sobre a educação do filho mostra o quanto a figura de Leonardo marcou a concepção de educação de Gramsci. A educação ganha uma dimensão integral, segundo a qual engenharia e poesia, arquitetura e literatura, filosofia e matemática, teoria e prática, trabalho e descoberta, reflexão e experiência tornam-se inseparáveis na formação humana.

No Capítulo VI, "Indagações sobre política e educação", Anita Helena mostra que a "escola de Leonardo" não é meramente uma entidade poética e fantasiosa, mas que ela é viável, estando a serviço de transformações políticas que vão na contramão do que vem sendo feito nas políticas educacionais no Brasil, ajudando a superar um "modelo de interpretação funcional que possibilitou ajustar as classes subalternas ao projeto político e econômico liberal" (p. 160). Diante disso, são discutidos o dilema da escola pública brasileira e as atuais políticas educacionais no Brasil, sobretudo aquelas que tentam viabilizar o atual Plano Nacional de Educação. No mesmo capítulo, a autora mostra que é possível que a escola não se restrinja a mera fornecedora de instrumentos para o aluno desempenhar uma profissão, no caso competências bem específicas, mas pode criar condições para "torná-lo capaz de reconhecer suas raízes culturais e os valores que transcendem seu tempo, a fim de compreender a sua inserção no mundo" (p. 163). Mas tal escola só pode surgir como expressão das lutas dos trabalhadores, como formação política e cultural independente, sem o que não seriam mesmo capazes de intensificar sua união e reacender o entusiasmo pela criação de uma nova civilização. Em que sentido a Escola de Leonardo pode ser a escola para João, Pedro, Maria...? Perante essa questão, mostra-se como a escola única proposta por Gramsci é referência inelutável para a formação integral genuína.

Sidney Reinaldo da Silva
Universidade Tuiuti do Paraná,
Mestrado e Doutorado em Educação
E-mail: sreinald@uol.com.br

SOARES, Leôncio e FÁVERO, Osmar (Orgs.). *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.* Brasília: MEC/UNESCO, 2009. 353p.

No caso brasileiro, o mais denso período histórico da educação popular é aquele que vai aproximadamente de 1958 a 1964. Nele foram criados vários movimentos de educação e cultura popular: Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), surgido no Rio de Janeiro e que se desdobrou em vários CPCs estaduais; Movimento de Cultura Popular (MCP), inicialmente implantado no Recife, depois estendido para outras cidades de Pernambuco; Movimento de Educação de Base (MEB), de abrangência nacional, com atuação no meio rural; Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR); Campanha "De pé no chão também se aprende a ler", de Natal (RN); e o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, certamente a experiência de maior repercussão. Para alguns estudiosos, a educação popular é um fenômeno estabelecido e datado na história da educação de alguns países da América Latina, tendo o Brasil como foco de origem. Outros, no entanto, atribuem a ela uma história mais longa, mais fecunda, mais polêmica e bastante diversificada, em que os acontecimentos de 1958 a 1964 constituem apenas o seu momento mais notável até então. Seja como for, as duas posturas atribuem aos movimentos de educação e cultura popular do período lugar e importância de destaque; a evidência de que deixam sinais de sua presença que não podem ser ignorados.

Incluída na Coleção Educação para Todos, das edições MEC/UNESCO, a coletânea de documentos referentes ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, reali-

zado em setembro de 1963 no Recife, trata-se de fonte documental de indiscutível importância. Representa o resgate de um momento emblemático da história da educação popular no Brasil e constitui-se como obra de referência para os pesquisadores, em particular os historiadores da educação. O Encontro ocorreu por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, no intuito de reunir representantes dos movimentos de alfabetização e cultura popular que ocorriam ainda dispersos pelo país, e buscar contribuições para conceber uma coordenação nacional para a educação de adultos.

Ele foi importante na história da educação de adultos porque deu visibilidade à vitalidade e à diversidade dos movimentos de educação e cultura popular, e permitiu conhecer e avaliar os caminhos até então percorridos, com a participação de 78 organizações. Ademais, serviu à reflexão sobre as possibilidades de avanço, concorrendo para a constituição da Comissão Nacional de Cultura Popular e das diretrizes para o Plano Nacional de Alfabetização. Gestou-se ali uma coordenação pela qual a força dos movimentos sociais procurava assumir a forma de política educacional de abrangência nacional. Mais do que isso, o I Encontro legitimou uma nova compreensão do conceito e da importância da educação de jovens e adultos, os quais foram compreendidos não como beneficiários tardios de um serviço, mas como protagonistas emergentes de um processo.

Os originais da documentação do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foram reunidos e preservados pelo professor Osmar Fávero. Apenas as conclusões haviam sido publicadas em 1963, em um Caderno da UNE, e um ou outro relatório foi divulgado. Depois de décadas guardados, todos os relatórios, os informes, as teses e as resoluções do Encontro estão à disposição do público.

A documentação reunida em livro foi organizada em módulos. Primeiro, os "Antecedentes", documentos preparatórios do I Encontro Nacional. Em seguida, "Relatórios e informes", "Teses" e "Resoluções" do evento. Por último, o módulo "Cadastro das organizações de alfabetização e cultura popular" que participaram do Encontro. Também constam do livro uma "Introdução" de Vicent Defourny, em que o representante da UNESCO no Brasil fala do direito à memória, um "Contexto", contendo breve histórico sobre o I Encontro Nacional escrito por Leôncio Soares, um dos organizadores do livro, e "Anexos", com o discurso de encerramento do colóquio, poesias e reprodução de algumas matérias jornalísticas sobre o evento.

Ainda que vários dos documentos tenham natureza burocrática, seu conteúdo é o registro de um processo de construção de uma *pedagogia da participação popular*, cujo foco é a *conscientização*, no sentido da formação de consciência, e a *politização*, em termos de organização e mobilização das camadas populares. Dos documentos produzidos para e no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular emergem teorias de educação, práticas educativas, tensões políticas e ideológicas, atividades artístico-culturais, atores sociais engajados em transformar a sociedade brasileira por meio da educação e da cultura. Em outras palavras, evidencia-se o espaço amplo e polissêmico de germinação de ideias e ações dos movimentos de educação e cultura popular atuantes no início dos anos de 1960.

A análise do *corpus* documental preservado do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular é um campo aberto para a criação histórica. Possibilita aos pesquisadores, em especial os historiadores, reconstruir toda uma dimensão cultural no trabalho político, assim como uma dimensão política no trabalho pedagógico e, enfim, uma dimensão pedagógica em todo o trabalho cultural desenvolvido pelas organizações de alfabetização e cultura popular participantes do evento. Os documentos reunidos no livro são um convite à pesquisa e um exemplo da necessidade e da relevância de se preservar e tornar públicas fontes de um período importante da história da educação, que foi violentamente interrompido e reprimido pela ditadura militar.

O livro se inscreve na preocupação do professor Osmar Fávero, um dos organizadores, de assegurar a preservação do patrimônio documental relativo à educação brasileira, em especial às campanhas de alfabetização dos anos de 1940-1950 e aos movimentos de educação e cultura popular dos anos de 1960. Nesse sentido, merece destaque a produção de um DVD, em 2008, designado *Educação popular (1947-1966)*, que compreende um acervo documental dos projetos, programas, propostas e materiais didáticos das campanhas de alfabetização e educação popular do período em questão. O conteúdo do referido DVD pode ser acessado no endereço: <www.forumeja.org.br>. O livro *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular* está sendo distribuído gratuitamente para bibliotecas universitárias e centros de documentação e pesquisa em educação de jovens e adultos. Está disponível também para *download* em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13529%3Acolecao-educacao-para-todos&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913>.

Cabe assinalar que a coletânea ora oferecida ao público representa também uma valiosa contribuição para o campo de pesquisa e reflexão pedagógica da educação de jovens e adultos. Para os muitos sujeitos e instituições envolvidos ou interessados

nesta temática, sua atualidade está no diálogo que se pode travar em torno das questões que moveram o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, procurando entender até que ponto as propostas atuais significam avanços ou repõem perspectivas e experiências superadas.

Amália Dias
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora substituta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: amaliadias@gmail.com

Marcos César de Oliveira Pinheiro
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de história na rede municipal de ensino de Rio das Ostras (RJ). *E-mail*: mcezarufrj@uol.com.br

SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério Adolfo (Orgs.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. 324p.

Pedagogia social no Brasil: antecedentes, inspirações, *statu quo* e tendências

Indistinta, inconclusa e indébita ciência, cujo objeto é o homem em coatuação com seus pares. Assim é a pedagogia social na primeira obra brasileira encarregada de introduzir seu percurso histórico e evolutivo, suas raízes teórico-metodológicas, suas áreas de atuação e de expansão e, em especial, seu potencial perante desafios socioeducacionais que reverberam nos quarteirões à margem das (des)calçadas escolas do mundo. Intitulada *pedagogia social*, a obra congrega 18 autores, nacionais e estrangeiros, interessados em compartilhar suas vivências, seus estudos e seus encaminhamentos para a Educação em/com/da e para a sociedade.

Interessante notar que estes 18 autores se conhecem, mantêm relações acadêmicas e trabalhos em conjunto, configurando o que Thomas S. Kuhn (2000, p. 221)[1] conceitua como comunidade científica.

Com indícios de nascimento que remontam à Grécia Antiga, a pedagogia social, cujas práticas talvez sejam mais reconhecíveis no Brasil na égide da educação não formal, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais e dos programas e projetos sociais públicos e privados alimentam expectativas de possibilitar outra educação que intervenha, satisfatoriamente, nos problemas educacionais resultantes das radicais mudanças da contemporaneidade. Assim, a pedagogia social enquanto práxis direciona atos educativos para o contexto social, o que torna, segundo uma das autoras, Sanna Ryynänem, a investigação das características de cada contexto o pré-requisito para implementar uma intervenção sociopedagógica.

Resultante do projeto de pesquisa "Recuperação de fontes seriais para a historiografia da criança institucionalizada", subsidiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), esta obra evidencia as categorias e variáveis centrais na concepção de pedagogia social, cuja origem remonta a da pedagogia institucional como prática das instituições totais. Com base em criteriosa seleção de textos e conferências apresentados nos I e II Congresso Internacional de pedagogia social, somados a artigos escritos com vistas a essa edição, a obra em questão, não obstante a declarada ausência de unidade teórica e conceitual, traz um panorama da terminologia, do campo de trabalho, do perfil do profissional e da profissão em países europeus e latinos. Para tal, a coletânea está organizada em cinco partes.

Na primeira, oito autores estrangeiros: Hans-Uwe Otto, Bernd Fichtner, Geraldo Caliman, Sanna Ryynänen, Manuel Loureiro, Steven Casteleiro, Susana Torío López e Jorge Camors, delineiam a tessitura da pedagogia social em seus países, a saber: Alemanha, Itália, Finlândia, Portugal, Espanha e Uruguai. Suas reflexões e resgates históricos são também oportunos para entender o quanto a própria história do Brasil é marcada, sociopedagogicamente, pelas abordagens interventivas da pedagogia social. Apesar de os organizadores da obra vislumbrarem a legitimação da pedagogia social enquanto profissão no Brasil, Hans-Uwe Otto, teórico renomado da pedagogia social contemporânea e primeiro parceiro do Brasil na Alemanha, entende que sua prosperidade não está diretamente atrelada à existência de uma profissão dedicada a ela e sim a uma maneira de pensar e a um campo de estudo. O fato é que no Brasil talvez essa luta seja realmente necessária, vez que temos milhares de brasileiros laborando em intervenções pedagógicas no social em diversas áreas – dentre elas artes, cultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos – sem ter seu trabalho regulamentado, reconhecido e justamente remunerado como profissão e muito menos como área de formação inserida na educação básica ou superior. Não obstante esse e ou-

[1] KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.